

# Parlamentaristas e governo próximos do acordo

## Comício pelas diretas acaba em acusações

**Recife** — Um bate-boca entre o ex-governador Leonel Brizola e o líder do PC do B na Constituinte, Haroldo Lima, encerrou, melancolicamente, o comício por eleições diretas em 1988, realizado ontem à noite no largo da feira de Santo Amaro, próximo ao centro da cidade. Brizola, último orador a falar, fazia uma inflamada defesa do presidencialismo, quando Haroldo Lima, que ouvia entre militantes do seu partido a intervenção, irritou-se, voltou ao palar e passou a contestar o ex-governador carioca.

"O PC do B não tem sequer autoridade para estar nesta praça, porque defendeu o Plano Cruzado", disse Brizola, enquanto os militantes do PC do B gritavam "oportunistas" e brandiam ameaçadoramente, as enormes bandeiras que portavam. Cercado por seus companheiros de PDT, Brizola em nenhum momento se afastou do microfone, continuando a responder a Haroldo Lima e a defender sua posição. "É uma incoerência ser parlamentarista e estar aqui a pedir diretas para Presidente", disse.

Este incidente foi o único momento em que o comício saiu da apatia generalizada. O desânimo cresceu a ponto de ninguém esconder que a campanha por diretas começou a esfomecer. Apesar do comparecimento de grandes estrelas da política nacional, como Lula, Brizola e o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, a presença do povo na praça foi pequena. Quando os primeiros oradores usaram o microfone, cerca de 2 mil pessoas ouviram. No melhor momento, estimou-se em 5 mil os ouvintes para, no final, não restar mais de 2 mil.

"É uma campanha organizada por partidos pequenos, que não dispõem de recursos nem da máquina oficial", admitiu o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, um dos que condenaram os desentendimentos entre os participantes da campanha antes mesmo do entrevero entre Haroldo Lima e Brizola. "Somos apenas 105 votos na Constituinte. Se não conseguirmos nos unir, pouco faremos", disse.

A briga tornou ainda mais claras as divergências. O mínimo que Brizola ouviu durante o bate-boca — oradores de outros partidos também condenaram o tom de sua fala — foi a acusação de que está trabalhando para que seja deflagrado um golpe militar no País.

## PDT culpa Arraes por falta de apoio

**Recife** — O deputado estadual João Coelho (PDT), um dos organizadores do comício pró-diretas encerrado nas primeiras horas de ontem nesta capital com tumulto entre correligionários do PT e do PC do B, atribuiu ao governador Miguel Arraes o fiasco que foi a concentração. Já no seu final, quando discursavam líderes de expressão nacional, o público presente era de menos de mil pessoas.

Segundo João Coelho, o deputado estadual mais votado em Pernambuco nas eleições passadas com 80 mil votos, Arraes foi o responsável pela pequena afluência na medida em que se recusou a subir no palar. Arraes, por sua vez já havia explicado sua posição ao afirmar que a campanha só pelas diretas não mobiliza o povo.

O comício foi realizado no largo de Santo Amaro, tradicional palco de grandes concentrações políticas, local que abrigou 50 mil pessoas em setembro de 79, quando do regresso de Arraes do exílio e disputado pelos partidos políticos em época eleitoral para o encerramento de suas campanhas.

## Saulo Ramos redige defesa do Presidente

O consultor-geral da República, José Saulo Ramos, redigiu na sexta-feira passada a defesa do presidente José Sarney no processo que é movido contra ele pelo ex-governador Leonel Brizola, no Supremo Tribunal Federal, pelas acusações que foram feitas ao PDT, de responsabilidade pelas agressões sofridas pelo presidente da República, no Rio de Janeiro, em junho último.

Por ordem do próprio Sarney, o conteúdo das informações prestadas pelo Palácio do Planalto não serão divulgadas e, do Supremo Tribunal Federal, devem seguir para a Procuradoria Geral da República. O processo é uma interpelação e, por isso, o parecer do procurador José Paulo Sepúlveda Pertence será remetido a Leonel Brizola, que decidirá então se entra com outro processo contra Sarney. O relator do caso no STF é o ministro Célio Borja.

A interpelação chegou ao Palácio do Planalto na sexta-feira pela manhã e o consultor-geral da República passou todo o dia redigindo as informações, que foram enviadas ao Tribunal às 18h00. O pedido de sigilo feito pelo presidente Sarney foi transmitido a Saulo Ramos, neste horário.



José Richa diz que o Governo reconhece que não conseguirá aprovar o presidencialismo na Comissão

## Proposta Hércules tem segunda versão

A implantação do sistema parlamentar de Governo, a mudança do conceito de empresa nacional e a redução da influência do Estado no domínio econômico são alguns dos pontos principais do projeto Hércules II, elaborado pelo chamado grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR).

Ontem no gabinete de Richa no Senado, ele, Virgílio Távora (PDS-CE), Francisco Dornelles (PFL-RJ), Arnaldo Prieto (PFL-RS), Cid Carvalho (PMDB-MA), Konder Reis (PDS-SC), entre outros, assinaram, na presença da imprensa, 69 emendas ao substitutivo Bernardo Cabral.

"Tem gente assinando o parlamentarismo sem saber", brincou, na ocasião, o deputado Israel Pinheiro, olhando na direção do senador Virgílio Távora (PDS-CE). Richa tranquilizou-o:

"Não tem emenda parlamentarista porque ela já está no substitutivo".

Como um repórter estranhasse que o Hércules II tenha 303 artigos, dois a menos que o substitutivo Bernardo Cabral, Israel explicou:

"O Hércules II aumentou porque o Cabral aumentou o parecer".

Explicação Mineiramente, Richa explicou à imprensa a posição do grupo ante a discussão em torno do sistema de governo.

"Não houve tempo para discutir a questão do sistema de governo e assumir questão fechada. Vamos manter a matéria tal qual está no texto do Cabral, a proposta de implantação do parlamentarismo puro. Teremos tempo suficiente para negociar a gradual implantação do sistema parlamentar de Governo".

"Tudo vai depender da gradualidade de implantação do sistema parlamentar de Governo que estamos negociando. Somente aí terá sentido discutir o tempo de duração do mandato do Presidente. Não tocamos no parecer Cabral. Reservamo-nos para discutir a gradualidade da implantação do parlamentarismo e o mandato, quando na votação das disposições transitórias".

"No capítulo dos Princípios Gerais de Economia, apresentamos emenda que visa a mudar o conceito de empresa nacional, constante do substitutivo Bernardo Cabral", explicou o ex-ministro da Fazenda, deputado Francisco Dornelles. Para ele "no substitutivo, tal como estava redigido, a padaria de propriedade de um espanhol ou italiano, seria considerada empresa brasileira de capital estrangeiro, o que é um absurdo. Estou propondo seja mudada a palavra 'brasileira' por pessoa jurídica domiciliada no Brasil, conceito mais amplo".

## Ulysses vai ao SNI e prega entendimento

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, são de opinião que a definição do sistema de governo a ser adotado na futura Constituição deve ser resultado de um amplo entendimento entre as correntes parlamentarista e presidencialista na Constituinte. Ulysses esteve com o chefe do SNI, ontem de manhã, quando os dois discutiram os temas mais importantes do anteprojeto do relator Bernardo Cabral.

No entendimento de ambos, o ideal é que a escolha do sistema de governo seja feita através da negociação entre os principais setores da Constituinte. Até agora, o Governo não possui um quadro seguro sobre as preferências dos constituintes em relação ao presidencialismo ou ao parlamentarismo, uma vez que até a última sexta-feira a única proposta que vinha sendo discutida relacionava-se ao sistema parlamentarista. Com a apresentação da emenda Theodoro Mendes, que prevê o presidencialismo com um Congresso forte, o Palácio do Planalto poderá avaliar com exatidão a posição dos constituintes sobre qual deve ser o sistema de governo a ser implantado.

O encontro do presidente da Constituinte com o chefe do SNI, deu-se na residência deste último e durou aproximadamente três horas. Em contrapartida, o general acompanhou a pé o deputado até a residência oficial da Câmara. Ulysses Guimarães e Ivan de Souza Mendes caminharam juntos cerca de 700 metros por um trecho da ciclovia que liga as duas residências.

**Voto Distrital** Ulysses e Ivan de Souza Mendes discutiram ainda a proposta de voto distrital misto, outro tema polêmico incluído no anteprojeto de Constituição. Este também é um ponto que os dois acreditam deverá ser resolvido pela negociação. Segundo o general, hoje a Constituinte está menos nebulosa do que há alguns meses. Quanto ao presidente da Assembleia, deverá retomar hoje e amanhã novas discussões sobre os temas polêmicos do anteprojeto com uma série de constituintes.

## Campos já vê consenso para mudar sistema

"O consenso que se verifica hoje na Constituinte aponta para o parlamentarismo", disse ontem o deputado Aluisio Campos (PMDB-PB), vice-presidente da Comissão de Sistematização, ao comentar a questão da escolha do sistema de Governo que irá na próxima Constituição.

O parlamentarismo que já está tomando forma no dia-a-dia das discussões da Constituinte, segundo Aluisio Campos, é do tipo gradual. E ele explica: "É o tipo de parlamentarismo que dará margem a que o presidente Sarney termine seu mandato como Chefe de Estado e Chefe do Governo. Só a partir daí é que o parlamentarismo propriamente dito se consolidará".

O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) acha que o momento ideal para a definição do sistema de Governo é o atual. Segundo ele, os constituintes abandonaram o clima emocional que vinha predominando no início dos trabalhos da Constituinte: "Agora todas as tendências políticas, sejam de esquerda ou de direita, já se sentam para discutir os assuntos mais polêmicos, coisa impossível de imaginar há mais de 30 dias". Scalco defende o sistema parlamentarista para o País mas não arrisca fazer nenhuma previsão sobre o futuro sistema de Governo.



O Palácio do Planalto está disposto a negociar o sistema de governo na Constituinte, e "aberto a qualquer proposta", disse ontem o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, durante almoço que ofereceu em sua residência ao senador José Richa (PMDB-PR) e ao deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), da Comissão Parlamentarista. Richa afirmou que o Governo reconhece que não tem condições para aprovar o presidencialismo na Comissão de Sistematização. Por isso, a proposta levada pelos dois — que prevê a instalação gradual do parlamentarismo — foi bem aceita. Cid Carvalho disse que essa emenda agrada ao presidente Sarney, uma vez que não afeta os seus poderes de chefe de Governo e de estado em um mandato que, tem a duração de seis anos.

O ministro Ronaldo Costa Couto também admitiu o início das negociações. Explicou que em momento algum "o Governo quis interferir nos assuntos da Constituinte com posturas rígidas". Costa Couto, no entanto, acha que os assuntos da Assembleia interessam diretamente ao Governo, o que permite as conversações e até mesmo a defesa de teses. Ele não quis comentar qual é a postura oficial do Palácio do Planalto em relação ao parlamentarismo gradual, mas garantiu que "a proposta será bem recebida". O ministro do Gabinete Civil acrescentou que o presidente Sarney deverá receber a Comissão Parlamentarista no máximo até amanhã.

## Emendas somam mais de 13 mil

Mais mil e 300 emendas foram apresentadas, ontem, até às 17h00, ao projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator-geral da Constituinte. Nessa fase, portanto, o projeto já recebeu 13 mil emendas. Previa-se a apresentação de mais mil, até meia-noite, quando se encerraria o prazo para encaminhamento de tais propostas à Secretaria de Sistematização da Constituinte. Na fase que precedeu a apresentação do projeto Cabral, a constituinte recebera cerca de 23 mil emendas.

Enquanto os retardatários enviavam, no final da tarde, suas propostas de emendas ao projeto Cabral, o relator, em companhia do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e do senador José Richa (PMDB-PR), tentava, na residência do ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil do presidente José Sarney, viabilizar a proposta de um parlamentarismo gradualista, graças ao qual o chefe do Governo teria um mandato presidencial de seis anos.

No primeiro ano, por essa proposta, o presidente Sarney designaria um primeiro-ministro, que não poderia estar sujeito a voto de desconfiança, pelo Legislativo, até o final de 1988. No segundo ano, em 1989, permitir-se-ia a censura a ministros, que seriam, com exceção dos ministros

gradual de autoria do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG). Segundo o senador José Richa, a estratégia do grupo é manter o texto do anteprojeto do deputado Bernardo Cabral que prevê o parlamentarismo puro, seguindo o modelo alemão. "Mas essa mudança tem que ser gradual", explica o senador. Por isso, depois de reuniões sucessivas o grupo chegou à conclusão de que era necessário um período para a transição.

Em quatro artigos, para as disposições transitórias, a proposta prevê a nomeação de um primeiro-ministro após a promulgação da Constituição — não há data preestabelecida. Os poderes desse primeiro-ministro, nos dois primeiros anos, são atribuídos pelo presidente da República.

Só no último ano o parlamentarismo é instalado com todas as regras. "Todos saem ganhando com essa emenda", afirma o deputado Cid Carvalho, segundo ele, Sarney está preocupado em cumprir apenas cinco anos de mandato, "com isso ele terá todos os poderes no período que lhe interessa".

Já o senador José Richa — companheiro de Comissão de Cid Carvalho e amigo íntimo do presidente Sarney — nega essa versão. Afirma que a emenda não tem interesse em beneficiar o Governo atual "e não recuamos para facilitar a negociação". Explica que a transição é a maneira de evitar a derrubada do parlamentarismo logo após a promulgação da Constituição. Em sua opinião, sem a transição existe o risco do próximo Presidente — que será eleito com mais de 40 milhões de votos — convocar um plebiscito para acabar com o parlamentarismo e prejudicar todo o trabalho dessa Constituinte.

## Emendas somam mais de 13 mil

militares, do Interior e do Gabinete Civil, demissíveis pelo voto de dois terços do Congresso. No terceiro ano, já implementado o parlamentarismo, em 1990, o sistema funcionaria regularmente.

Os raros constituintes que circulariam, à tarde, pelo Congresso, deram a entender que Sarney não aceitaria nem mesmo essa emenda parlamentarista de Cabral-Richa.

Estes constituintes, especialmente os eleitos pelo PMDB, manifestavam o temor de que o povo brasileiro, ante a perspectiva de se aprovar o mandato de seis anos para Sarney, ainda que sob o parlamentarismo, venha a reagir com indignação a esse fato. Havia, entre todos, a expectativa de que tal reação, mais uma vez, ocorreria contra o Congresso e a Constituinte. Um parlamentar do PMDB do Nordeste achava que o povo, com inteira justiça, consideraria-se excluído do pacto do poder, pelas elites políticas, pois não há brasileiro que não queira eleger seu Presidente, por via direta, o quanto antes. A constituinte — encerrou esse deputado peemedebista — ficará, perante o povo, como instrumento de traição do compromisso de antecipar o retorno ao voto direto, assumido pelo ex-presidente Tancredo Neves e que, de acordo com proposta do ex-presidente João Figueiredo, ao Congresso, deveria acontecer em 1988.



O ministro das Minas e Energia defende correção de distorções

## Aureliano critica Assembléia

O presidente de honra do PFL, ministro Aureliano Chaves, reafirmando sua condição de presidencialista, acha que o debate sobre sistema de governo na Assembleia Constituinte está entrando em caminho errado, de só criticar e culpar o presidencialismo por tudo que existe de errado, sem a preocupação de corrigir suas eventuais distorções.

O ministro das Minas e Energia mostrou-se preocupado com o que chamou de "discussão exarcebada" a respeito dos malefícios do presidencialismo. Na sua opinião, o presidencialismo pode e deve ser revisto, suprimindo atribuições monárquicas do Presidente e assegurando ao Legislativo e Judiciário independência e prerrogativas capazes de fortalecer os dois poderes.

Aureliano Chaves, embora ressaltando os parlamentaristas, reafirmou que prefere o presidencialismo, desde que revisto, para suprimir algumas anomalias instituídas a partir de março de 64.

"Sou presidencialista, mas defendo a revisão do sistema. Infelizmente, neste momento, o debate político está girando mais em torno de suas ocasionais distorções, o que considero um grande erro. Considero necessário, neste sentido, um grande esforço para restaurar os poderes Legislativo e Judiciário — que tem pressões de maiores serviços ao País" — afirmou o ministro.

Já o senador paranaense José Richa, do PMDB, dos mais ligados ao Presidente da Repu-

blica, observou que nenhuma mudança de sistema de governo terá êxito se o movimento ficar caracterizado como de oposição a Sarney. O ex-governador do Paraná não apoiará qualquer emenda que provoque a redução do mandato do atual Presidente para quatro anos, nem no enfraquecimento de suas atribuições.

José Richa, no "grupo dos 32" que coordena na Constituinte, nas conversas e debates informais, dentro e fora do Congresso, vem pedindo a adoção do parlamentarismo gradual, na forma e no tempo.

Na sua opinião, os militares estão contra o parlamentarismo pelo entendimento de muitos deles, de que há o objetivo de enfraquecer o atual Governo e até mesmo de quebrar a hierarquia das Forças Armadas, se eventualmente for permitida a demissão de ministros das três Armas pelo Parlamento.

O senador peemedebista dá razão aos militares, quando se colocam contra o mandato de quatro anos. "Eles acham que é golpe. Eu também acho" — observou.

Richa sabe que será difícil conseguir a concordância do presidente Sarney à adoção do parlamentarismo, mesmo de forma gradual. Mas se considera no dever de insistir nos entendimentos, convencido de que seria a solução mais adequada à transição. O senador paranaense prefere que o sistema comece a ser adotado no final do governo Sarney, para preservar suas atribuições.

## Constituinte entra em "recesso branco"

O prazo de uma semana dado ao relator, deputado Bernardo Cabral, para apreciar as emendas ao seu primeiro substitutivo — a contar de hoje e encerrando-se às 24h00 do dia 15 de setembro (terça-feira) — e a expectativa da apresentação do novo substitutivo que irá a votação no dia 18 na Comissão de Sistematização, indicam que o Congresso Nacional e Constituinte passarão a próxima semana em um "recesso branco". Após uma semana bastante agitada, com inúmeras reuniões entre diversos grupos na procura de um consenso em torno das principais questões polêmicas, os parlamentares terão um breve descanso "para consulta às bases ou para colocar ordem na casa". A semana começa amanhã, com um feriado.

A secretaria da Comissão de Sistematização está elaborando um cronograma de sessões, a começar nesta terça-feira (08) se estendendo até o dia 17, para promoção de debates entre os constituintes sobre títulos e capítulos mais polêmicos incluídos no primeiro substitutivo de Cabral. A relação de matérias ainda não foi acertada, mas estão confirmadas sessões de 3ª à 5ª entre, 9h30 às 12h30 e de 14h30 às 19h30. Os dias 18 e 19 de setembro estão reservados para a apresentação de destaques perante a Sistematização entre 9 e 18h00.

**Congresso.** Na próxima quarta-feira, às 18h30, está convocada uma sessão conjunta do Congresso Nacional para apreciar leitura de 15 mensagens de veto do presidente José Sarney a projetos de Lei já aprovados na Câmara e Senado, como o que estabelece o piso salarial para a categoria de jornalista e o que regulamenta as profissões de manicure, pedicure, esteticista e depilador. Mais 30 vetos serão lidos nas próximas sessões, ainda não confirmadas para sexta-feira (11), às 14h30, e segunda-feira (14) às 18h30.

O decreto-lei nº 2.335 — Plano Bresser — publicado no Diário Oficial em 11 de junho e que estabeleceu o congelamento de preços e aluguéis, reajustes mensais de salários e vencimentos e a instituição da URP



Relator Bernardo Cabral

(Unidade Referência Padrão), ainda não chegou à secretaria do Congresso Nacional. Além deste decreto, outros cinco que alteraram o Plano Bresser ainda não foram enviados pelo Gabinete Civil da Presidência da República para apreciação do Congresso.

**Decretos** Mas esta morosa tramitação de decretos-lei não pára por aí, já que a lista de espera é engrossada por inúmeras medidas governamentais, já em vigor e que até o momento não receberam o aval do Poder Legislativo. A extinção do empréstimo compulsório sobre a aquisição de veículos, alterações na tabela para cálculo do Imposto de Renda da Fonte, fixação do limite de retribuição nas administrações públicas (marajás) são alguns destes decretos, além de outros como o que criou vários cargos no Ministério da Fazenda e do Planejamento e o que concedeu vantagens aos membros da Advocacia Consultiva da União.

A Câmara dos Deputados só tem confirmada a próxima sessão ordinária para o dia 14, às 14 horas, sem pauta de trabalhos definida, ao passo que o Senado Federal marcou sessão para esta quarta-feira (09), às 10h00, para apreciação de pedidos de empréstimos e financiamentos.